

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA AEPET-BA

Data: 20/02/2024

Hora: das 19h15min às 20h51min

Meio: Virtual

Presentes: Diretoria: Marcos André dos Santos, José Augusto Fernandes Filho, Renato Brandão Nascimento, Erika Rebello Grisi, Francine Moreira e Railda Nascimento Silva. Associados: Luiz Henrique Amorim de Jesus, Meigle Mendes das Mercês, Francisco Augusto Herdy Raminelli e Vasco Menezes dos Anjos.

Pauta:

- 1- Leitura/aprovação da ata da reunião anterior - 5 min – Daiane
- 2- Informes
 - 2.1- Nosso Petróleo - Comunicação
- 3- Itens de deliberação
 - 3.1- Ações da campanha “Reconstruir a Petrobrás é Reconstruir o Brasil”
 - 3.2- Fórum Baiano em defesa da Petrobrás, PETROS e AMS
 - 3.3- 70 anos da Petrobrás
 - 3.3.1- Ciclo de palestras
 - 3.4- Atividade dos 60 anos da ditadura militar
 - 3.5- Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AEPET-BA
 - 3.6- Planejamento da gestão
- 4- O que ocorrer
- 5- Calendário de atividades

1- Leitura/aprovação da ata da reunião anterior: **Decisão:** As atas dos dias 16 e 30 de janeiro e 15 de fevereiro foram aprovadas para publicação.

2- Informes

2.1- Nosso Petróleo - Comunicação: **Informação:** A Sra Lucila informou que estão sendo feitas postagens no perfil “Nosso Petróleo” e informou que a conta de anúncio do perfil mencionado permite pagamento de boleto bancário na inserção de créditos para o Facebook vincular.

Decisão: O presidente Marcos André, juntamente com a Sra Lucila, farão uma matéria com o título “quanto custa uma refinaria”.

3- Itens de deliberação

3.1- Ações da campanha “Reconstruir a Petrobrás é Reconstruir o Brasil”:
Informação: O presidente Marcos André solicitou debater a nova proposta da refinaria. Iniciou o debate informando que todos têm visto, e considera positivo, a negociação que tem sido feita para que a Petrobrás, na prática, compre uma parte da refinaria. A Mubadala vai abrir o seu capital, provavelmente será uma empresa limitada, e que vai ter parte societária Petrobrás e parte societária Mubadala, com isso a Petrobrás assume a operação. Continuou informando que devem debruçar

sobre algumas questões: Primeira: Não dá para ser contra isso, pois do ponto de vista operacional é o que dá para a Petrobrás fazer, porém, acha que não dá para se limitar aos limites do Governo que dialoga no sentido de não fazer o enfrentamento do debate necessário de que a venda foi objeto de “furto” e que é necessário que fazer denúncias sobre isso para que inclusive, diferente do que diz emissários do Governo, que tem que manter a segurança jurídica. O se tem na prática, tanto o governo da Bahia, assim que tomou posse, foi aos árabes e, na prática, fez um acordo de investimento em 10 anos, que na prática, legitimava a venda. Agora o Jean Paul Prates toma medidas no sentido de recomprar uma parte da refinaria e isso vai dar como fato consumado a venda e as circunstâncias da venda, que tanto tinha problemas do ponto da ordem legal, a inconstitucionalidade de vender ativos da Petrobrás é que não era subsidiária pois a refinaria jamais foi subsidiária, e tem uma decisão do supremo que fala exatamente isso, de que era permitido vender subsidiárias sem a anuência do parlamento, mas que se tratando da round, não poderia. A outra questão tem a ver com a suspeita de que o valor foi aviltado em razão da corrupção de agentes públicos mediante jóias de 16 milhões de reais. Tudo isso forma um caldo de absoluta ilegitimidade da venda da refinaria e, contrário o senso, pensa que é dever do movimento social produzir a insegurança jurídica necessária para que se amanhã um outro aventureiro quiser vender o patrimônio público nos termos em que foi vendido, os agentes econômicos digam que não comprariam, pois perderia após a mudança do governo. Continuou informando que a Procuradoria Geral da República já indicou que há indícios graves de que o negócio foi feito em prejuízo da sociedade do Estado.

Outra questão é que a Mubadala chegou a entrar no CAD requisitando que a Petrobrás lhe vendesse petróleo subsidiado para aumentar sua margem de lucro. Com a venda da refinaria, a saber o preço desse negócio com potência de se tornar uma nova passadina, a Petrobrás vai operar e transferir para a RLAM o petróleo a preço de que ela transfere para suas próprias unidades, aumentando mais uma vez a lucratividade da Mubadala. Como ela não é uma empresa, e sim um fundo, tem pouquíssimo interesse operacional pois o que interessa é aumentar os rendimentos dos seus fundos e isso tudo em prejuízo da sociedade e em favor de um processo que é absolutamente ilegítimo. Dito isso, opina que devem defender os procedimentos até agora adotados pela Petrobrás, e defender também que os empregados oriundos da RLAM e em diáspora pelo mundo retornem para ajudar na operação e na retomada da RLAM, mas sem abrir mão de todas as ações possíveis no sentido de cancelar a venda da refinaria e, como consequência, todos os negócios posteriores por absoluta ilegitimidade.

O assessor jurídico Luiz Henrique questionou se isso seria uma opinião da AEPET Nacional ou apenas da AEPET-BA.

O presidente Marcos André informou que não sabia da manifestação da AEPET-Nacional e sugeriu fazer um ofício para questionar qual o posicionamento deles, inclusive para evitar dissonâncias.

O assessor jurídico Luiz Henrique opinou que entende que se trata de receptação de mercadoria roubada, tendo em vista que foi um produto vendido por um preço muito baixo e já está sendo caracterizado pela Procuradoria Geral da República que foi vendido de forma ilícita e que tem outras investigações em curso

na Polícia Federal sobre o assunto. Finalizou informando que concorda que a AEPET-BA deve se posicionar, principalmente em relação à ilicitude do negócio.

O Vice-presidente José Augusto concordou que devem conversar com a AEPET-Nacional, pois acredita que deve ser uma posição da AEPET-BA. Mencionou que a privatização da RLAM foi uma coisa muito irregular, pois entende que toda privatização é corrupta e confessa não tem um posicionamento do que a AEPET-BA deve fazer. Entende que é importante que os órgãos competentes estejam reconhecendo esses fatos. No governo passado o CAD dizia que a Petrobrás tinha monopólio e a Mubadala não ficou com o monopólio. A mesma coisa aconteceu com os gasodutos, dizem que por preço abaixo do que realmente valia, a Petrobrás foi obrigada a vender pois estava fazendo o monopólio. Finalizou informando que é muito justo que a AEPET-BA tenha uma posição a esse respeito.

A opinião coletiva da AEPET-BA é que a despeito de concordar e apoiar as iniciativas da Petrobrás, deixando claro que, do ponto de vista operacional, não tem o que a Petrobrás fazer pois depende de decisão judicial, o que entende que a Petrobrás precisa fazer, e não foi feito até o momento, é renunciar o acordo do CAD, pois foi um acordo voluntário cedido pela Petrobrás. Precisam também oficiar a Petrobrás para que constitua nos autos as provas de que houve dano fazendo auditoria interna e perícia contábil para precificar corretamente o valor da refinaria e juntar aos autos, e isso só a Petrobrás consegue fazer, pois as metodologias que utilizam são de mercado, a partir de dados públicos, mas a Petrobrás tem meios de dizer com maior fidedignidade, tanto o prejuízo operacional, quanto o prejuízo econômico da venda da refinaria, o que não foi feito até o presente momento. Em conversa entre o presidente Marcos André com a Dra Raquel, constatou que a única ação que está em curso questionando a venda da RLAM é a da FUP, pois o juiz declarou que já havia uma ação antecedente. A FNP está lutando para manter a sua ação, mas o status dela hoje é de arquivada e está em recurso. Como a Petrobrás sempre teve uma posição no governo passado de defesa da privatização, e agora devem cobrar do Presidente Jean Paul Prates que a posição do jurídico da Petrobrás seja inversa, denunciar aquilo que causou dano ao patrimônio da Petrobrás e o juiz decida pelo seu livre convencimento.

Decisão: Foi aprovada a elaboração de uma carta com o conteúdo da conversa desta reunião que deverá ser enviada para a AEPET-Nacional para dar ciência das opiniões da AEPET-BA e saber qual a opinião deles quanto ao assunto. Foi aprovado também a elaboração de uma matéria para tentar denunciar que o acordo pode servir para legitimar o roubo original.

Sobre o manifesto, foi aprovada a elaboração de um relatório com tudo o que foi feito pela AEPET-BA até o presente momento para enviar aos parlamentares baianos pedindo providências no sentido de dialogar junto ao supremo para o cancelamento da venda da RLAM.

3.2- Fórum Baiano em defesa da Petrobrás, PETROS e AMS: **Informação:** O presidente Marcos André informou que ontem, dia 19 de fevereiro, não houve reunião do fórum por falta de quórum. Informou também que acha que o Fórum está em processo de desconstrução e que precisam ter uma posição de defender a unidade da categoria. Finalizou relatando que ontem, pela manhã, recebeu uma

ligação dos Srs Raimundo, Bonfim e mais um companheiro da ABRASPET comunicando que houve uma reunião de diretoria da entidade que desautorizou a sessão do espaço para a AEPET-BA, por estarmos realizando uma reunião da categoria e que isso iria esvaziar a reunião que acontecerá amanhã, dia 21 de fevereiro e que, portanto, a AEPET-BA não poderia mais realizar a reunião no seu auditório. Mencionou que demonstrou absoluta indignação, pois não era correto, tendo em vista que faltava menos de 24 horas para o horário do evento, que já havia sido divulgado com a anuência da ABRASPET, que cedeu o espaço para a realização da reunião e que, na sexta-feira, foi enviado pela AEPET-BA um e-mail solicitando o espaço e informando que seria para a realização de uma reunião com os associados da entidade e dois representantes de cada entidade e compõe o Fórum, mediante inscrição.

O presidente Marcos André atualizou os presentes que em setembro de 2023 a AEPET-BA mandou um pedido de reunião de esclarecimento do presidente da Petros com os assistido e participantes aqui na Bahia. No dia 05 de fevereiro recebemos um ofício questionando se a AEPET-BA gostaria que a reunião fosse realizada no dia 20 de fevereiro das 14h às 16h, mencionando, inclusive, que o evento não poderia passar das 16h em razão de compromisso de viagem do Presidente e pedindo confirmação até o dia 06 de fevereiro, no dia seguinte. Respondemos no tempo hábil e recebemos apenas uma resposta automática de que a mensagem foi recebida. Insistimos numa confirmação da Petros para evitar qualquer tipo de contratempo. A Petros enviou um e-mail no dia 16 de fevereiro, às 14:42, confirmando a realização da reunião. Às 15:41 do mesmo dia, enviou outro e-mail apenas cancelando a reunião. Enviamos uma nova carta para a Petros demonstrando a nossa indignação e eles responderam hoje que o cancelamento foi feito devido a um compromisso inadiável do Presidente da Petros com o chefe do gabinete do estado e que deseja manter o diálogo com a AEPET-BA. Estamos elaborando uma nova resposta que deverá ser encaminhada a PETROS.

3.3- 70 anos da Petrobrás: **Decisão:** Retirar este item da pauta.

3.3.1- Ciclo de palestras: **Decisão:** Retirar este item da pauta.

3.4- Atividade dos 60 anos da ditadura militar: **Decisão:** Retirar este item da pauta.

3.5- Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AEPET-BA:

Informação: O presidente Marcos André informou que foram enviadas minutas dos documentos ao cartório para análise enquanto as assinaturas estão sendo recolhidas. Solicitou aos diretores e conselheiros eleitos que ainda não assinaram os documentos, assinem o mais rápido possível.

3.6- Planejamento da gestão: **Decisão:** Foi aprovado que a reunião de planejamento e o almoço de confraternização serão realizados no dia 16 de março, com local a definir.

4- O que ocorrer: **Informação:** A Sra Lucila informou que a conta do PagSeguro, destinada ao recebimento das mensalidades Vitalmed, está temporariamente inacessível, devido a pendência de envio da nova ata de posse da Diretoria e Conselho da AEPET-BA.

5- Calendário de atividades: **Informação:**

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião com todos os presentes.
Lavramos esta Ata e damos fé.

Marcos André dos Santos
Presidente

José Augusto Fernandes Filho
Vice-Presidente

Erika Rebello Grisi
Diretora de Comunicação

Francine Moreira
Vice- Diretora de Comunicação

Renato Brandão Nascimento
Diretor de Patrimônio

Railda Nascimento Silva
Vice-Diretora de Patrimônio

Francisco Augusto Herdy Raminelli
Conselheiro Suplente

Vasco Menezes dos Anjos
Conselheiro Titular

Luiz Henrique Amorim de Jesus
Associado

Meigle Mendes das Mercês
Associada